

CONV 588/03

CERCLE I 11

RELATÓRIO

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: Relatório da reunião de 24 de Fevereiro de 2003

1. O "Círculo de Discussão" ouviu a exposição de Bo Vesterdorf, Presidente do Tribunal de Primeira Instância (TPI), que desenvolveu as suas respostas às perguntas que constituem o quadro dos trabalhos do "Círculo de Discussão" (com excepção do ponto relativo às sanções, na alínea e)). Salientou que, desde a entrada em vigor do Tratado de Nice, o TPI é o juiz de direito comum competente, em princípio, para conhecer de todos os recursos directos. Foi também de opinião que o Tratado Constitucional deverá indicar que o TPI e as câmaras jurisdicionais são parte integrante da instituição denominada "Tribunal de Justiça", ou então atribuir ao TPI autonomia orgânica em relação ao Tribunal de Justiça. Quanto à criação das câmaras jurisdicionais, Bo Vesterdorf sublinhou a urgente necessidade de se criar uma câmara para a função pública e outra para as questões relacionadas com a propriedade intelectual. O texto que serviu de base a esta exposição foi distribuído aos membros da Convenção com a cota CONV 575/03. Durante a troca de impressões que se seguiu, o Presidente do TPI mostrou-se bastante favorável – a título pessoal – a uma alteração do quarto parágrafo do artigo 230.º, no sentido de que os particulares possam contestar um acto comunitário de alcance geral alegadamente inválido e directamente aplicável (não exigindo um acto de execução). Não é certo que essa alteração implique uma sobrecarga de trabalho para o TPI, se bem que um aumento do número de juízes pudesse justificar-se.
2. O "Círculo de Discussão" ouviu seguidamente os representantes do Conselho das Ordens de Advogados da União Europeia (CCBE), pela seguinte ordem: O. Brouwer, D. Waelbroek, G. Berrisch, Lord Brennan e N. Khan. Todos abordaram nas suas intervenções as questões do âmbito do quadro de trabalhos do Círculo e advogaram a alteração do quarto parágrafo do

artigo 230.º. Afirmaram, a este respeito (D. Waelbroek), que a distinção estabelecida com base na natureza do acto (acto legislativo/ acto regulamentar) poderá ser um critério demasiado formal: o que efectivamente conta são os efeitos do acto, e não a sua forma. No que se refere ao mandato dos juízes, consideraram (por intermédio de N. Khan) que poderia existir um procedimento diferente para os membros do Tribunal de Justiça e para os membros do TPI. Sugeriram um mandato de 12 anos, renovável, tendo realçado a importância de dispor de juízes com experiência de advocacia. Mostraram-se favoráveis a que o Conselho delibere por maioria qualificada a respeito do artigo 245.º do TCE.

3. O Círculo procedeu em seguida a uma troca de impressões sobre as alíneas a) (procedimento de nomeação) e b) (eventual alteração dos artigos 225.º-A, 229.º-A e 245.º do TCE) do quadro de trabalhos.
4. Em relação à alínea a) do quadro de trabalhos, a troca de impressões permitiu destacar os seguintes aspectos:
 - Número de juízes: parece haver uma maioria favorável à manutenção da situação actual (um juiz por Estado-Membro);
 - Procedimento: abertura quanto à ideia de que a decisão seja um acto do Conselho;
 - Mandato: o Círculo não rejeita a hipótese de que o mandato do Tribunal de Justiça seja diferente do dos juízes do Tribunal de Primeira Instância; em relação a estes últimos, existe uma maioria favorável à manutenção do sistema actual, ou seja, um mandato de seis anos, renovável;
 - Critérios de nomeação dos juízes: os membros são favoráveis à definição de critérios objectivos, estando porém dispostos a aceitar o texto do Tratado;
 - Lista de candidatos: a maioria dos membros prefere que se mantenha a situação actual (um único candidato);
 - Comité de avaliação: a maioria é favorável a esta hipótese, desde que se trate de um processo estritamente consultivo (e sem audições públicas); quanto à composição deste comité, sugeriu-se recorrer a antigos Presidentes do Tribunal de Justiça; foi também proposto que um dos membros fosse nomeado pelo Parlamento Europeu;
 - Denominação: nesta fase, não foram apresentadas sugestões concretas de alteração das denominações do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Primeira Instância e das câmaras jurisdicionais.
5. Quanto à alínea b) do quadro de trabalhos (artigos 225.º-A, 229.º-A e 245.º do TCE), os membros do Círculo não rejeitaram à partida a hipótese de que o Conselho delibere por maioria qualificada no que diz respeito a estes artigos. Contudo, alguns membros esclareceram que, em relação a determinadas disposições do Estatuto, se deverá manter a unanimidade.

6. Na sequência dos pedidos apresentados por alguns membros neste sentido, o Presidente informou que, na próxima reunião, tenciona abordar a questão da competência do Tribunal de Justiça para deliberar sobre medidas da União nos domínios da JAI e da PESC.
 7. Solicitou-se ao Secretariado que preparasse para a próxima reunião um documento de trabalho sobre as alternativas possíveis para uma eventual alteração do quarto parágrafo do artigo 230.º do TCE.
 8. A próxima reunião está marcada para 3 de Março de 2003.
-